

b) Todos os privilégios do nascimento, sem exceção, são abolidos, e por consequência o direito de herdar.

c) A cada um segundo a sua capacidade, e a cada um segundo as suas obras.

"Cada um, segundo Saint-Simon, deverá ser dado segundo os seus méritos, e retribuído segundo as suas obras! A sua conclusão prática seria a distribuição dos capitais e dos instrumentos de trabalho, e por consequência a distribuição dos rendimentos individuais.

Os saint-simonianos preconizavam a "associação como forma superior da organização da produção".

Fourier preconizou um sistema de associação, o falanstério, que se constituiria como sociedade por ações. Os seus membros viveriam em família, numa comunidade de produção e consumo, participando dos seus benefícios, na razão do seu capital, do seu trabalho e da sua inteligência. O palácio comum serviria de habitação e completaria-se com os seus terrenos de cultura e estabelecimentos industriais, onde cada um se aplicaria em trabalhos variados para não cair na monotonia dum só função.

Os lucros seriam repartidos na proporção de 5/12 para o trabalho, 3/12 para o talento e 4/12 para o capital.

Saint-Simon e Fourier com as suas ideias influiram extraordinariamente na classe trabalhadora e nos intelectuais franceses, criando uma pleia de discípulos que as difundiram, procuraram pô-las em prática e até as desviaram em muitos sentidos.

Foram os fourieristas que maior projeção tiveram no movimento social francês, e foram mais longe na tentativa de realizarem os seus objectivos. Mas tanto os saint-simonianos, como fourieristas, levaram a cabo experiências notáveis, que chegaram a transplantar-se à América do Norte e do Sul, e até ao Norte de África, merecendo entre as suas obras, destaque o familistério de Guise.

Nas suas utopias vincavam-se princípios que posteriormente vieram a tomar consistência nas formas societárias, que se tornaram realidades nos nossos tempos: a associação do trabalho e do consumo como formas de emancipação económica e social.

Estas ideias, que tiveram larga disseminação, criaram uma atmosfera de prodigiosa ansiedade realizadora, um movimento de amplas propostas que geraram novas ideias. Não admira que os teóricos se desglaçasssem e as contradições se misturassem com o espírito de emprendimento. Os homens procuravam um destino, uma ideia de justiça para vencer a triste realidade do seu tempo.

Louis Blanc influenciado pelas ideias de Saint-Simon e Fourier, e partindo de princípios análogos, preconiza na sua "Organização do Trabalho", o atelier social como célula e base de uma organização estatal. Confia ao Estado a missão de uma reforma que organize o trabalho numa forma mais justa e mais humana, fazendo desaparecer a concorrência e regular a produção.

"O que falta aos proletários para se libertarem, dizia Louis Blanc, são os instrumentos de trabalho; a função do governo será a de fornecer-lhes. Se tivessemos de definir o Estado em nossa conceção, responderíamos: o Estado é o banqueiro dos pobres".

Observemos que nas ideias destes precursores se definiam conceitos que nos nossos tempos vieram a tomar sentidos opostos, ou sistemas que perduraram como realização desintegradas do seu conjunto.

Como forma de associação do trabalho e do consumo, o cooperativismo tomou o seu caráter próprio, muito embora cindido em dois ramos: o da produção e o do consumo.

Nas o que separou vincadamente os seus teóricos, foi o seu conceito da função do Estado, e do valor do homem na economia. Saint-Simon afirmou que o regime justo não pode ser organizado sómente pelo poder; Louis Blanc, confia ao Estado a missão de organizar o trabalho a partir da célula, o atelier social. Fourier, e Owen, afastavam o Estado da função de estabelecer a justiça social, e basenavam-se na aptidão das suas sociedades fraternais.

Estas duas correntes, centralista e federalista, vieram a dificultar-se e a vincular as ideias socialistas em dois ramos distintos. Um em que o homem é vinculado à colectividade que se lhe sobrepõe; a outra, em que o indivíduo conserva as suas qualidades de ser pensante e actuante, e determina-se pela associação dos seus esforços para a convergência dos interesses comuns.

Era natural que o cooperativismo, fundamentalmente fourierista e owenista, pela sua qualidade de associação voluntária, conservasse com a sua vitalidade o carácter federalista.

No fragor destas esperanças, na pujança deste laborioso período de iniciativas e de inspiração renovadora, servia de contraste ao povo no seu viver penoso na burguesia industrial e mercantil florescente com a célebre consigna "Enriqueceai-vos".

A revolução de 1848, em França, que restabeleceu as instituições republicanas, impregnou-se dessa inspiração socialista e para além das formas oficiais do Estado, estabeleceram-se variadas formas de as-

sociação, que o golpe de estado de 1851 reprimiu, mas jamais apagou da tradição francesa as formas da associação operária.

O artigo social de Louis Blanc, teve a sua realização efusiva em Cligny. Em 1849 contava-se só em Paris 100 associações operárias nas mais diversas profissões, além de 200 na província. O que impressionava os observadores da época, era a atmosfera de entusiasmo e consciência colectiva, o esforço de vontade e sacrifício dos societários.

Uma testemunha da época narra um exemplo bastante edificante: "Num miserável celeiro, alguns artistas fabricam pianos. A subvenção que solicitaram do Estado foi-lhes recusada. Então os que tinham alguma economia, sacrificaram-na para a compra de ferramentas. Uns venderam os seus objectos, outros os seus móveis, outros as suas roupas. Um sacrificou a sua prenda de casamento que tanto estimava, um outro a aliança da esposa. Para se cotisar comiam pão seco ou privavam-se do aperitivo e assim reuniram 1000 francos. Com esse dinheiro fizeram o primeiro piano. Com o produto da venda fabricaram o segundo, o terceiro e sucessivamente".

XXXXX

Mas não era só a França, que estremecia da congoça pujante de novas concepções de associação do trabalho, da defesa do homem como trabalhador, como consumidor e como entidade pensante, era a Europa de lá e aliás, e essa vaga expandia-se para o chamado Novo Mundo, ainda em parte virgem, para onde emigraram os idealistas insatisfeitos no Velho Mundo, que ali iam experimentar as suas utopias, que melhor ou pior vieram ali a florescer.

XXXXX

A Inglaterra, que seguia na vanguarda da industrialização, agitava-se igualmente com os conflitos sociais. No decurso do século XVIII as uniões operárias se tinham constituído e reconstituído após cada fase de repressão, que, todavia, não as poude aniquilar.

Sob a forma de sociedade de amigos (friendly societies), de sociedades funerárias ou clubes radicais, que se formavam entre os trabalhadores texteiros, das cutelarias de Sheffield, e das minas, essas uniões desenvolveram-se, federaram-se e reagiram em lutas memoráveis.

Robert Owen, rico industrial, apaixonava-se pelas ideias de justiça social, e pôe a sua fortuna e a sua influência ao serviço das ideias emancipadoras, e ajuda os trabalhadores à formação das suas uniões profissionais.

Espírito de elevadas proporções para ajudar os homens apanhados a disputar um pouco mais de pão, da estatura moral de um Fourier, só

nhou o sistema de comunidades humanas ao serviço do qual esgotou a sua fortuna.

Owen e os seus discípulos preconizavam e criavam comunidades semi-agricolas e semi-industriais, bastando-se a si próprias pelo trabalho comunitário dos seus membros. Constituiam um fundo comum pela acumulação dos rendimentos, das suas operações cooperativas e das suas cotisações, com o que iam adquirindo terras e instalações.

A cooperativa owenista tinha, portanto, um carácter semelhante ao do fanatérico fourierista, e apelidavam-se cooperativas não pelo sentido em que hoje as tomamos (permite de serviços, distribuição do consumo ou trabalho associado e proporcionalidade dos benefícios) mas pelo que representavam do esforço próprio conjugado dos seus membros. Visavam a formação imediata duma comunidade cujos bens eram postos em comum, e onde os indivíduos viviam em regime de comunidade integral.

Quando no princípio de 1823 começou a publicar-se o jornal mensal "The Co-operateur", em Brighton, existia apenas uma meia dúzia destas cooperativas, e quando em 1830 suspendeu a sua publicação, existia em toda a Inglaterra mais de 300.

Algumas anos mais tarde veio a apelidar-se de socialismo utópico este movimento pleno de entusiasmos criadores, e no pensamento destes precursores, pretendem operar as leis de um socialismo científico.

O seu carácter utópico estaria na sua antecipação. No domínio do pensamento às contingências da evolução dos anos posteriores, e se algumas das suas premissas não tiveram adaptação prática, os seus fundamentos morais, a cooperação, a associação do trabalho, a personalidade do indivíduo como consumidor numa economia colectiva, vieram a ter a sua comprovação. Mas sobretudo o que havia no pensamento dos utopistas como noção do valor humano sobre a materialidade das formas de produção ou duma supremacia da sociedade sobre os seus membros, não sofreram vantagens com formulações científicas que não se lhes avançaram.

Dessa ressecção de pensamento e vontade, ficou determinada uma nova concepção da justiça, da economia de bases humanas, o valor da associação para o trabalho, o consumo e as necessidades espirituais dos homens.

O liberalismo económico, sob o qual se vincava a exploração do homem pelo homem, sofrera a sua extorção, e desde então as formas

de associação se valorizaram e se firmaram. O valor do homem como produtor e consumidor afirmou-se na economia moderna, e um novo ciclo se abriu.

Esta revolução firmava ao mesmo tempo, a evolução das ideias morais, que ultrapassavam o campo restritamente religioso ou metafísico em que até então se limitava, para assentar no princípio que a igualdade de direitos e a igualdade económica constituiam as bases da própria moral.

Proudhon, um dos mais vigorosos pensadores daquela época, assentou que o verdadeiro sentido da justiça é a base toda a moral se encontra no sentido do valor pessoal. O direito à capacidade própria de cada homem exigir que todos os outros respeitem o seu sentido de dignidade humana só dever consiste em reconhecer-lá nos outros homens.

A origem do sentido da justiça encontra-se Proudhon no desenvolvimento das sociedades humanas, no seu progresso, não apenas no que se refere à cultura, isto é, às condições de progresso material, mas também à civilização, ou seja o desenvolvimento intelectual e espiritual. Por isso Proudhon atribui grande valor ao processo de idealização, aos idealos que em certas épocas dominavam a vulgaridade das preocupações correntes.

Assenta-se portanto nas bases de uma filosofia da dignidade humana. E para que os direitos do indivíduo não viessem a sozinho parar a um direito desmedido da sociedade sobre eles, Proudhon proclamava que a verdadeira justiça, consiste na combinação harmónica dos interesses sociais com os do individuo.

Ao mesmo tempo que Proudhon vinculava as bases de uma nova moral, definia os correlativos conceitos da economia, substituia o direito pessoal da economia liberalista pela equivalência dos serviços mútuos, e acrescentava: "A fórmula comunista, a cada um, segundo as suas necessidades, de cada um, segundo a sua capacidade" podé ser adoptada apenas na família. A fórmula de Saint-Simon: "A cada um segundo a sua capacidade" é a negação absoluta da igualdade. No fórum de Fourier reconhece-se o princípio da mutualidade, mas repudia-se a justiça para cada indivíduo isolado. Muito mais simples e digno é o princípio sempre seguido pela humanidade; deve sómente valorizar-se os resultados da produção que não repugne à dignidade pessoal, e a organização económica reduz-se a uma simples fórmula: "o intercâmbio".

XXXX

No ambiente deste notável movimento de ideias e de iniciativas de economia colectiva, vemos destacarem-se diversas formas de associação: associação operária para a sua defesa como produtores (sociedades de resistência e reivindicativas), as *friendly societies*, que tomaram a forma de socorros mútuos, e as comunidades de trabalho e consumo, as cooperativas.

A influência recíproca destas formas de associação, determinaram as formas posteriores do cooperativismo, um dos ramos do associativismo que mais se desenvolveu.

As sociedades cooperativas de carácter owenista, pelo seu carácter de comunidades, demandavam certas regras de conformação do indivíduo ao regime de convivência, e limitavam o número dos seus membros, pelas condições exigidas (qualidades morais, saúde, idade, entrega total dos seus capitais). Era, digamos, um movimento de qualidade, que interessava apenas os que estavam animados de fortes esperanças comunitárias, mas que se restringia. E todas as possíveis inadaptações ou reacções vinham a refletir-se no seu êxito.

Os insucessos verificados, vieram a suscitar uma nova experiência, a dos "Pioneiros de Rochdale".

É vulgar supor-se que é a partir dos Pioneiros que nasce o cooperativismo; apenas toma as formas contemporâneas.

Advertidos dos insucessos anteriores, embora com o mesmo espírito owenista, os tecelões de Rochdale criaram a sua cooperativa em moldes mais modestos, mais conforme às preocupações humanas da maioria, falando de imediato ao interesse primário, mas capaz de ascender a outro nível.

A cooperativa de Rochdale, tomou o carácter apenas de consumo, sociedade que tinha por fim a compra em comum dos artigos para os distribuir aos sócios a um preço rentável, e cujo excedente seria devolvido aos sócios. Sociedade simples, que interessava imediatamente à dona de casa, e assegurava um benefício imediato, tanto no que se refere ao governo da casa, como à aplicação das economias.

A forma cooperativa de Rochdale assenta nestes princípios:

- vendas à contado,

- retorno dos excedentes na proporção do consumo do societário
- cada societário um voto,

- fundo de economias individuais, e fundo de economias colectivas, o primeiro sem compensação ao capital, o segundo composto de parte dos excedentes, revestido em benefício colectivo.

A base da sociedade rochadiana não é a comunidade de bens, é o direito de consumo, cujos benefícios são distribuídos na base das suas compras; é uma sociedade de prestação de serviços para cujo capital social (reservas legais) cada um contribui proporcionalmente ao seu disfruto.

A adopção destes princípios proporcionou um ramo cooperativista, o de consumo, que rapidamente se desenvolveu de per si, e que serviu de base à remodelação de muitas cooperativas anteriores.

Este é o ciclo rochadiano da cooperação.

Todavia a associação cooperativa do trabalho não deixa de se desenvolver. Assim como a cooperativa de tipo rochadiano associa os consumidores para os seus fins, respondendo à sua integração na determinação da economia, do mesmo modo a integração do indivíduo como produtor na mesma economia incita à continuação da associação cooperativa produtiva.

Verifica-se portanto que nem se tornarem irreductíveis as suas formas de cooperação, cindem-se para seguirem caminhos paralelos e convergentes. E digo convergentes, porque ao separarem-se, um princípio de atracção se estabeleceu, e podemos perguntar: para onde seguem ambos? Virá a cooperação de consumo a suplantar-se à da produção, ou vice-versa? Chegará a cooperação de consumo depois de percorrer um semi-círculo, a encontrar-se com igual percurso da cooperação de produção, fechando um círculo onde se definirá uma síntese, uma nova forma de cooperação entre todos os ramos cooperativos?

XXXX

Verificámos que a inspiração das ideias socialistas da primeira metade do século XIX, deu corpo e valor às formas de associação dos indivíduos para a realização de uma economia colectiva e de convivência social. E que essas associações juntando o capital, o trabalho e a inteligência, aspiravam a constituir um tecido social que todavia não se definia nas suas formas superiores.

Nessa época, o cooperativismo de consumo mal se destacava, enquanto o cooperativismo de produção dominava as preocupações dos trabalhadores e intelectuais, porque correspondia ao desejo imediato da eliminação do patrão, da posse dos instrumentos de produção pelos produtores, e do direito ao uso fruto do produto integral do trabalho.

Na medida em que as dificuldades práticas da selecção dos associários, da capitalização, da investimento nas instalações e apetrechamento, e da repressão por parte dos governos, foi anulando as expec-

riências das comunidades de tipo fourierista, se engendrou a experiência rochdaleana que alterou as tendências da cooperação.

Mas não foi apenas isso. Se as ideias da emancipação do trabalho e da evolução da ética ressuscitavam a dignidade do produtor, e consequentemente dos seus direitos, a ideia moral do homem como centro da economia, dava personalidade ao consumidor como uma das suas condições, e por isso, o cooperativismo de consumo passou a constituir uma das armas do arsenal das reivindicações sociais.

Se os tecelões de Rochdale criaram um tipo de sociedade cooperativa de consumo de moldes práticos e eficientes, não esteve nas suas preocupações o conjunto e as formas de relação social, que conduziriam o seu cooperativismo a uma integração ~~das~~ sistema social que substituisse o orgânico social capitalista. Isto viria, digamos, por ajuntamento.

A sua experiência viria a dar à cooperação, preocupações mais vastas. O socialismo viria a considerar o cooperativismo como uma aparelhagem de gestão da produção e da organização do consumo numa sociedade socialista, enquanto outra corrente, inspirada na experiência rochdaleana, a Escola de Minescriava uma doutrina própria da cooperação como um sistema evolucionista, e que De Bonfim definia assim: "A cooperação quer, tanto quanto possível, fazer desaparecer os males, as injustiças deste mundo, ajudar os que suportam um pesado fardo, tornar livres os oprimidos, quebrar todas as cadeias. Quer a liberdade. Quer combater o vício sob todas as formas, aumentar a inteligência, dar hábitos de economia, chegar à diminuição do pauperismo".

"A cooperação é de socialismo inteligente e prático, e dando ao operário o meio de sair da sua precária situação, resolve em parte a grande questão social; as relações do capital com o trabalho".

A Escola de Mines p~~romovia~~ava a cooperação de consumo, que por si tomaria a gestão da produção pondo-a ao seu serviço, sob o reinado do consumidor. Porém, a experiência posterior, especialmente no domínio da cooperação agrícola, levou-a a corrigir a rigidez do princípio, e a Aliança Cooperativa Internacional, criada em 1925, veio a admitir a associação de todas as formas de cooperação.

Chegamos à altura em que o mundo busca soluções para a sua crise económica, política e social. Da economia individualista procura-se a adaptação para uma economia colectiva. A experiência mundial da cooperação, tão diversa e rica, prova que será a estrutura de uma nova economia, qualquer que sejam as estruturas político-sociais, que se venham a criar, e que estas serão influenciadas pelas suas capacidades e possibilidades.

xxxx

Como veio a manifestar-se entre nós este formidável movimento social?

Depois do declínio dos nossos municípios e corporações, o país ficou quase totalmente afastado da renovação religiosa, filosófica e social que agitava a Europa, e só a Revolução Francesa nos veio a atingir, primeiro com o seu sopro revolucionário, depois com as invasões napoleónicas.

As lutas liberais no princípio do século passado, abalaram as instituições tradicionais, mas o surto das reformas de Mouzinho, breve se fechou com leves alterações da sua fisionomia.

Lisboa e Porto, e pouco mais, começam a industrializar-se, e na segunda metade do século passado, surgem nestes centros as primeiras associações operárias para a promoção do bem estar das classes trabalhadoras, que difundem entre nós as novas concepções económicas e sociais.

As associações profissionais, inspiram-se na conquista de melhores condições de trabalho, mas prolongam-se até à concepção duma sociedade de justiça e equidade económica.

Esta ansiedade procura realizações imediatas que conduzissem à efectivação desses postulados.

As associações mutualistas e sociedades cooperativas vão surgindo com notável progressão. Como formas de associação de auxílio mútuo, do trabalho comum e da socialização do consumo.

Este movimento associativo consciencializava-se com a ideia de que cada indivíduo interviria de modo direto na estruturação do conjunto social, associando os esforços e os interesses, substituindo a estagnação em que se vivera e onde apenas uma minoria acomodada esbanjava os privilégios assentes sobre toda a riqueza monopolizada.

Ao caldo dos conventos, sucedera-se o caldo das repartições, como dissera Oliveira Martins, mas nem esse mesmo podia de modo algum confortar um povo totalmente desprovido de condições de vida, e a reacção associativa era salutar como reforma do nosso ambiente.

O cooperativismo toma entre nós notável incremento, especialmente nas regiões de Lisboa e Porto, com a formação em 1856 do "Centro Promotor dos Melhoramentos das classes laboriosas", que teve notável influência de tal modo que em 1867 o governo do país publicou a primeira legislação sobre cooperativismo que vem a complementar-se no Código Comercial Português de 1888.

Quando se enraizou entre nós o cooperativismo desdobrara-se já nos seus ramos definidos, de produção, de consumo e de crédito.

No final do século passado existem organizadas entre nós e diversas cooperativas de consumo, além das cooperativas de produção em diversas indústrias, especialmente do vestuário, e até de transporte e de metalurgia, e ainda cooperativas de crédito.

O nosso actual movimento consta em grande parte dessas realizações de então: A Caixa Económica Operária, Aliança Operária, Ajudeense, Xabreguense, Piedense, Almedense, etc..., fundadas há mais de 60 anos, igual facto se registando no Porto.

Há muitas outras realizações de carácter cooperativista, tiveram a sua realização entre nós, e até fora destes centros industriais do país, como os compromissos marítimos, as mútuas de gado, os celeiros e pastoreiros comuns e o crédito agrícola.

Já nos princípios do nosso século contam-se sociedades cooperativas, por diversas terras da província, de consumo em grande parte, com notável desenvolvimento e espírito de iniciativa.

Para avaliação da progressão do movimento cooperativo, anotámos alguns dados dum estatística da Direcção das Bolsas Sociais de Trabalho, Estatística e Defesa Económica.

Em 1900 existiam 17 cooperativas com 3.620 sócios e transações no valor de 526.630\$87.

Em 1910, 62 cooperativas com 24.792 sócios e 2.520.837\$24 de transações.

Em 1922, 472 cooperativas com 116.355 sócios e 30.473.124\$44 de transações.

É preciso considerar que esta estatística no que se refere a 1900, não nos esclarece devidamente, talvez por deficiência do serviço estatístico, a série de experiências cooperativistas efectuadas; todavia verifica-se uma acentuada progressão.

A mesma estatística, regista para 1929: 271 cooperativas com 76.214 sócios e 63.925.614\$00 de transações.

Verifica-se que entre 1922 e 1929 há uma queda acentuada do movimento cooperativo na ordem de 35% do número de sociedades e de associados.

A que devemos este facto? Deveremos recuar um pouco para lhe procurar as causas, que nos expliquem também, que essa queda se dá na fase da existência da Federação Nacional das Cooperativas.

XXXX



A geração de 70 que havia recebido a influência pseudoniana, e se radicava na acção criadora dumha democracia gerada do próprio povo pelas suas realizações económico-sociais, sucedera-se a geração de 90, já de formação jacobina, que animada pela crise e corrupção das instituições monárquicas, se lançava na esperança da instauração da República, atribuindo a esta mudança de instituições políticas a solução de todos os problemas económicos e sociais.

Esta miragem desvia muitas atenções para a acção puramente política, esquecendo-se que a estrutura do país permanecia inalterável. E a República surge, como uma esperança messiânica, numa alvorada romântica, deixando intacta toda a estrutura económica e agrária do país, sonhando com as harmonias dum hino e dum parlamento.

Tudo o que fora um labor intenso de criação, pela associação dos indivíduos em instituições que estruturassem uma democracia económica e social, passara a agitação partidária para o parlamentarismo, ficando-se a esperar tudo de paternalismo dos governos e dos seus programas. E o surto da criação dos instrumentos emancipadores, interrompe-se. Se o bacalhau podia ter mais baixo preço fixado por decreto, para quê a acção cooperativa?

Em breve o desencanto se opera e em 1912 a ação sindical entre os trabalhadores se avantaça a todas as outras actividades colectivas. Cria-se dois campos extremos: os partidos ou os sindicatos. Mas a vaga da crença política suplantou, e o ambiente proporcionou-se para um Estado-providência. A crise da consciência colectiva e da confiança no esforço associativo. Está explicada a descida da linha gráfica do nosso renascimento pela associação.

Verifica-se que é em 1922 que o movimento cooperativo e o sindicalismo, atingem o maior grau de desenvolvimento. Aos factores de ordem política referidos, junta-se a crise internacional provocada pela guerra de 1914/18. O desemprego do apó~~queira~~, os nacionalismos económicos e depois políticos, lançam a Europa num caos; novas místicas se sucedem, e os indivíduos são atraídos para os movimentos de massas de preocupações apocalípticas, e sempre confiantes que o Palácio da Ventura abrirá as suas portas de círculo com fragor, em vez de serem solicitados para as crises colectivas, para a cooperação entre as diferentes modalidades, para a livre convergência dos homens acima das suas crenças políticas ou religiosas, mesmo sem o seu sacrifício, em coisas de interesse comum, para um clima de integração de trabalho ~~sem sacrifícios~~ e variedade de opiniões, que só manifestaram-se não corram o perigo de cair em dissídios ou se-

Jam consideradas traição ou crime.

E a vencer toda a ganga deste substrato de prejuizos morais, des-
ta abulia em que se caiu, que o cooperativismo há-de fazer o seu renas-
cimento, a sua arrancada para a verdadeira Cooperação.

As corporações medievalas assoravam os homens no conflito das suas necessidades e actividades, mas no mundo moderno se destaca a supremacia do lucro individual.

No mundo moderno, subjugado pela experiência do homem individual procura uma economia colectiva. Para isso torna-se necessário integrar o bividuo na colectividade. Resta harmonizar os seus interesses de produtor, de consumidor e de individuo social.

As correntes ideológicas q̄ estruturaram o cooperativismo
o cooperativismo e os problemas do trabalho

As cooperativas de consumo

As diversas

COOPTRATIVA DE CONSUMO FRATERNIDADE OPERARIA AJUDENSE
Sede social : Calçada da Boa-Hora, 75/77
Rua Alfredo da Silva, 1/3
Telefone 63 83 40 - Lisbos 3

* * * * *
RELATORIO E CONTAS

DA

GIRÉNCIA DE 1970

o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o - o

COOPERATIVA DE CONSUMO FRATERNIDADE OPERARIA AJUDINSE

arredados consciéncias

Dando cumprimento ao estabelecido no nº. 5, do artigo 46º dos Estatutos da Cooperativa, vimos perante os senhores associados apresentar, para ser analisado e votado, o Relatório e Contas da Gerência de 1970.

1 - Breves considerações

Primeiro de que quisisquer outras considerações queremos agradecer aos associados que connosco colaborarem, quer por ação directa, quer por sugestões apresentadas na resolução de alguns problemas da Cooperativa. Se, porém, a tudo que nos foi sugerido não deu nenhuma solução mais adequada, disso nos penitenciamos, porque as dificuldades surgidas foram tantas que, apesar de toda a nossa boa vontade, não conseguimos vencê-las.

2 - Consumo

Iste ano o consumo efectuado ao pago foi de 772 693\$60, menos 176 973\$05 do que o do ano passado. A falta de consumo efectuado ao pago pelos sócios é um dos problemas mais graves da Cooperativa. Se não houver um rebate de conscientização dos sócios que se encontram na situação de não consumidores, a Cooperativa não poderá sobreviver, perdiendo uma obra que devia merecer o respeito de todos e que tantas consciências tem dado a associados que tudo têm feito pela Cooperativa sem quererem nada para si. Desta rendeza no consumo se conclue que a prosperidade da Cooperativa cresce ou diminui segundo o grau de fidelidade dos cooperadores.

3 - Inquietude

No Relatório e Contas da Gerência de 1968 se faz este inquietante pergunta - "o que vamos nós fazer neste ano que vai começar?" Ista pergunta, infelizmente, manteve-se actualizada. O que vamos fazer no ano de 1971? - Existem associados em situações verdadeiramente desconcertantes. Dizem-se amigos da Cooperativa, só querem o seu progresso, os directores são uns falhanços, eles é que sabem tudo, etc., etc., e não alinhavam ao lado dos que trabalham, nem dos que consonam! Estas atitudes tristemente paradoxais só são possíveis existirem no subconsciente de indivíduos que julgam que os preceitos nascidos do bom senso e da razão não têm princípio, nem meio, nem fim! O que pensam estes sócios da vida da Cooperativa? - O que pensam?

4 - Furgonete

Por se verificar que a furgoneta Mercedes estava sobre-carregada com encargos que não podíamos suportar, foi esta substituída por uma Morris, movida a gasolina, cuja compra foi necessário fazer-se para respeitarmos compromissos de entregas de avizinhos ao domicílio dos senhores associados e para o consumo não descer ainda mais.

5 - Gastos Gerais

Os gastos gerais, que em 1969 atingiram 122 488\$50, prifizeram, este ano, 92 783\$60, portanto menos 29 704\$90.

6 - Débito dos sócios efectivos

O débito destes sócios cifra-se em 16 476\$30. Oficiámos a muitos sócios que se encontram nesta situação. A maior parte deles, além de não terem pago o que devem, nem sequer tiveram a delicadeza de responder às nossas solicitações.

13 - Actualização de números de matrícula dos sócios

Devido principalmente a não honrarem a Cooperativa com a qualidade de sócios consumidores, foi resolvido, conforme determinação estatutária, extinguir-se os que se encontravam naquelas condições. Assim o movimento Social é o seguinte:

Sócios existentes em 31/XII/1971.....	275
Eliminados, desistências e falecidos.....	71
	202
Admitidos durante a gestão.....	8
TOTAL.....	210

14 - Consolusão

A concluirmos propomos os seguintes votos:

1º. - De emblemamento

A todos os sócios que nos ajudaram na nossa ingratata missão.

2º. - De profundo sentimento

pelos SÓCIOS falecidos durante este ano.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1970

A JUNTA DIRECTIVA

Manuel Clemente dos Anjos
César Bispo Prates
José Melo Baptista
António Augusto
António Simões Pereira
Urique Benito
Manuel Fonseca Novo

C O N V O C A Ç Ã O

Por meio de disposição estatutária, convoço os senhores associados da Cooperativa a reunirem, em assembleia Geral Ordinária, na sua sede social, no dia 17 (sábado) de Abril, do corrente ano, em princípio convocação, pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1º. - Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Gestão de 1970;

2º. - Tratar de assuntos que se reconheçam de interesse para a Cooperativa.

Na hora scita indicada, não estando presentes número legal de sócios, reunir-se-á assembleia trinta minutos depois com qualquer número e se os assuntos a tratar não se esgotarem até à meia noite, prosseguirão os mesmos num dia a indicar pelos componentes da Mesa da Assembleia Geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) - Fernando Augusto Gomes Ferreira

Lisboa, 20 de Março de 1971

DESENVOLVIMENTO DA CONTA LUCROS E PERDAS

DEBITO	CREDITO
GASTOS GERAIS	FAZENDAS GERAIS
Despesas.....	Lucro apurado...
VIATURA C/ EXPLORAÇÃO	RECEITAS DIVERSAS
Despesas.....	Receitas n/nro....
ENCARGOS F.e BANCÁRIOS	PESTAS
Encargos.....	LUCRO.....
LUCRO E/EXERCÍCIO	11.936200
Lucre líquido.....	
	142.873815
	142.873815

RESUMO DO CAIXA DURANTE A GESTÃO DE 1.970

DEBITO	CREDITO
Baldo de 1969.....	4.306860
Socios c/consumo.....	372.693860
Fazendas Gerais.....	32.836830
Socios em C/liquidação.....	9.165890
Capital.....	3.774800
Fundo de Continuidade.....	76840
Encargos Sociais.....	3.191860
Receitas Diversas.....	69.270820
Gastos Gerais.....	18.242810
Vistura.....	45.000800
Bancos.....	286.754870
Festas.....	33.595800
Devedores e Cr. cres.....	23.000800
Vistura C/exploração.....	1.970800
Imprestimo.....	30.000800
Encargos Financeiros e Bancários.....	6.937880
Encargos e Liquidação.....	5.252850
Letras a Pagar.....	64.076800
Saldo para o anno de 1971.....	7.956810
	1.303.876840
	1.303.876840

GASTOS GERAIS

Agua.....	1.240850
Contribuições e Impostos.....	5.233890
Diversos.....	533880
Electricidade.....	7.327870
Expediente.....	2.767850
Fundo de As instâncias Jurídicas	1.648820
Limpesa.....	3.523830
Ordensados.....	55.500890
Reparações	3.567880
Selos e Estampilhas.....	354800
Seguros.....	9.054880
Telefone.....	1.892800
Transportes.....	139750
	92.783860

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

A C T I V O

MISERICÓRDIA

DATA

Manheteiro em cofre
Banca.....

7.956,10
5.264,812

13.220,829

LIQUIDAÇÃO

DATA

Portadoras
Saldo d/p/versos
Devedores e Créditos
Saldo Credor

302.409,820
8.360,000

125.000,000

8.360,000

LIQUIDAÇÃO

DATA

Microderivas
Socios O/consumo
a/abito.....
Devedores e Créditos
Saldo devedor.....
União Coop-abastecedora
n/capital.....
Socios em Crédito quinquagésimo
Saldo Devedor.....

146.415,950
16.476,830
1.500,000
10.900,800
33.102,820

208.394,800

SITUAÇÃO LIQUIDAÇÃO

DATA

Inovcl
S/valor.....
Vintre
S/valor.....
Novels e Detrações
S/Valor.....

406.000,000
135.000,000
156.732,800

208.394,800

SITUAÇÃO LIQUIDAÇÃO

DATA

Socios O/Capital
Fundo de Reserva
Saldo d/conta.....
Fundo de Continuidade
Saldo d/conta
Fundo de Beneficência
Saldo d/conta
Fundo de Instrução
Saldo d/conta
Encargos a Liquidar
Saldo d/conta

208.938,855
93.275,816
24.791,876
1.300,852
14.506,815
10.139,860

352.953,874
32.810,875

999.083,899

999.083,899

O Técnico de Contas:
a) - Jonquila Nunes Júnior

Pela Junta Directiva
Manuel Clemente dos Anjos

MAPA DA SITUAÇÃO DOS SOCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

NºS	NOMES	BONUS OU CAUQÃO	DEBITO A DISCONERTO	CAPITAL SOCIAL
1	António Jamafrio Porteiro	5\$90	79810	1.075\$95
2	António Rebelo			2.000\$00
3	Hortense Eleutério Gregório	30835		1.541\$90
4	António Rodrigues		1.719850	2.000\$00
5	Ardulna Augusto dos Santos			2.000\$00
6	Manuel da Cruz		1.536840	1.843\$75
7	João Francisco M. Colho		412\$00	2.000\$00
8	João Carrreira	124845		1.402\$55
9	João Martins	46840		2.000\$00
10	Manuel Clemente dos Anjos			2.000\$00
11	Anelia Boto Mendes			1.876\$95
12	Joaquim Pinto de Almeida			1.687\$80
13	Daniel Pereira da Silva			2.000\$00
14	Manuel Cabrita Sequeira			2.000\$00
15	João António Miranda	170800		1.661\$30
16	Arnanda de Conceição Rafael			2.000\$00
17	António Girão Nogueira			2.000\$00
18	Bernardino da Silva Duarte			2.000\$00
19	Joaquim de Oliveira Bordaleiro	193380		956\$40
20	Agostinho dos Santos			781\$85
21	João Neves Roxo		36800	1.576\$75
22	José Baptista	424880		1.669\$20
23	Amaro Valério A. dos Santos			2.000\$00
24	Gendio Ferreira da Silva	295890		1.938\$850
25	José Dantes Paris		9800	2.000\$00
26	Eurico Joaquim Santos			2.000\$00
27	Raul Vitorino de Carvalho			2.000\$00
28	António Andrade C. Neves		12800	1.591\$95
29	Angelino Amaro			2.000\$00
30	Pedro Nunes Paquete			1.810\$75
31	Suzana dos Santos			2.000\$00
32	Virgílio dos Santos		18800	679\$35
33	Acecio da Encarnação			2.000\$00
34	Manuel Ferreira das Neves	21880		2.000\$00
35	Luiz Henrique			815\$90
36	José Carlos			879\$30
37	João Rodrigues			2.000\$00
38	Maria Joaquina G. Encarnação		34800	1.432\$05
39	Joaquim da Conceição Santos			1.969\$65
40	José Fernandes			1.158\$25
41	Afonso Benido			1.254\$60
42	José Rodrigues Pinto	234870		947\$20
43	Amador Marques Nobre		1.000€JO	827\$20
44	José Amzelmo		1.0000300	1.663\$15
45	Francisco de Almeida		593850	1.493\$30
46	Amadeu Santiago Brandão			1.326\$10
47	Abilio Bento			2.000\$00
48	Arnaldo da Silva Carvalho			1.677\$10
49	Humerto Oliveira Martins			1.025\$20
50	Frederico Guilherme L. Neves			1.215\$65
51	Adelino Lucas Seraiva			1.645\$20
52	José Carlos Soares			1.362\$00
53	António Augusto			1.097\$35
54	José Ferreira Pacheco		714820	186\$60
55	Joaquim Seraiva		451810	2.000\$00
56	Ventura Alves		558210	1.448\$60
57	Renato Azevedo de Oliveira			2.000\$00
58	Joaquim Gonçalves			1.255\$75
59	Zezimo José Almeida Neves	70880		513\$45

Nº	NOMES	BÔNUS OU CAUÇÃO	DEBITO A DISCÓRINTO	CAPITAL SOCIAL
60	José dos Santos			598260
61	Antônio Julio		361290	664265
62	José Augusto da Silva			1.034200
63	Francisco Lourenço			1.400200
64	José Melo Batista			935290
65	Florimundo da Cruz			1.569275
66	Fernando Antônio P. Subidé			2.000200
67	Antônio Ferreira	98275		982285
68	Manuel da Silva Baltazar			2.000200
69	José Mardil Antônio Fontes		1.009250	1.000250
70	Augusto Rocha dos Santos		11200	1.416295
71	Bernardino Jena e Silva	100700		888280
72	Antônio da Conceição Pinto			2.000200
73	Carlos Eduardo O. Silva			1.082295
74	Manuel Barbosa Ribeiro	100200		2.000200
75	Fernando Garcez da Silva			1.300200
76	Manuel Rodrigues Dias			1.421220
77	Antônio Martins Nunes			1.811270
78	Iosé Francisco da Silva			2.000200
79	Eduardo Correia de Barros		7250	1.395275
80	Alberto do Castro			1.917215
81	Ilídio Antônio M. Cardoso			2.000200
82	Alfredo das Neves		100260	671255
83	Hugo dos Santos S. Carvalho			851200
84	José Joaquim Paixão			1.228240
85	Lucio Augusto Pereira	61205		1.079215
86	Mário de Oliveira		180200	1.363200
87	José da Silva		43230	413260
88	Antônio Ferreira			1.186235
89	Albano dos Anjos			1.688220
90	Julio Faustino Rosa	132250		1.005290
91	Antônio Cebola L. Soares		386200	1.497230
92	Joséquin da Cunha Vaz	74255		1.304245
93	João Francisco Gonçalves			1.413250
94	João André Senes			2.000200
95	Antônio Barreiros Brito	20200		1.161280
96	Anselmo da Silva Pinto	12200		469220
97	Maria de Lourdes F. Dias L. Soáte			2.000200
98	José Soares		160200	1.962200
99	João Pinto de Alcides			504215
100	Rui Bordalo dos Santos			2.000200
101	João Manuel Alves Amorim			372240
102	Antônio de Jesus			2.000200
103	Artur da Silva			670200
104	Antônio Torres Martins			1.308220
105	Manuel Conceição Pires			754270
106	Francisco José da Costa Pires			1.851210
107	Joséquin Marques dos Santos		18200	1.135280
108	José Luiz Vaz			1.465240
109	Gualberto Coelho		199250	688260
110	Fernando Silvârio Lobo			410200
111	Aníbal Rocha			904210
112	Horácio Carvalho L. Santos			1.026290
113	Fernando Ribeiro			1.285220
114	Antônio Silveira Pereira			1.196290
115	José Joaquim Lô Azevedo			580220
115-A	Fernando Henriquez Agostinho			845200
116	Fernando Augusto G. Pereira			778280
117	Antônio Loges Gouveia			847230

NºS	NOMES	BÔNUS OU CAUÇÃO	DÉBITO A DESCOBERTO	CAPITAL SOCIAL
179	Gioseppe dos Santos Marreifa			140000
180	Urque Benido			64450
181	António Martins Severino			95290
182	Manuel da Silva			50000
183	Celestino José Minto Espeçada			136270
184	Manuel Corrêa	6000		72890
185	José de Jesus Carvalho			65260
186	Sérgio Freire da Silva			55260
187	José Francisco Gomes			63220
188	José Augusto Pedroso de Lima			56230
189	José Alexandrino Aurélia	672250		51250
190	Luis Puguciredo de Oliveira	509220		50200
191	Marcelino Bernardo Alagria			50200
192	José Francisco Fárcirinha	27230		50200
193	José dos Santos			50200
194	Amadeu Rodrigues			50200
195	Marcelino Ferrreira	41220		50200
196	Dr. José Vilela	564210	2.000200	
197	Julio Joaquim da Graga	223220		50200
198	Jaime Manos			50200
199	Paulo Pereira Marques			1.672250
200	Maria Joana Roudão Bagulho			50200
201	Joséquin Bras			50200
202	Arnaldo Rua Pêrcira	12200		100200
203	Manuel Fonseca Novo			50200
204	Cândido Branco Massano			50200
205	José Cerreira			300200
206	Jorge Carvalho de Matos			150200
207	José António Gomes Pêrcira			100200
208	Joséquin Carlos Silvestre			50200
209	Artur da Conceição Soares			50200
210	José Coelho Alexandre			2.000200
		5.048290	16.225260	205.938255

O Técnico de Contas
a) Joséquin Nunes Júnior

Junta Directiva
Manuel Clemente dos Anjos
César Bispo Fratas
José Melo Baptista
António Augusto
António Sisões Pereira
Urique Benido
Manuel Fonseca Novo

Nº	NOMES	BONUS OU Caçado	DÉBITO A Descontos	CAPITAL SOCIAL
119	Irene de Souza Gilman			1.962890
120	Luiz Duarte Simões			1.637820
121	Fernando da Conceição Soares			575830
122	Maria Madalena Otão Rafael			440870
123	Juliette Santos Silva	806800		981860
124	Hélio da Silva Vaz			1.116850
125	Manuel da Costa			452800
126	Rodolfo de Oliveira Freitas			737290
127	Antônio Augusto dos Santos			432820
128	José Mirtires dos Santos			2.000000
129	Joséquin Souza	665895		2.000800
130	Julio Valmão Lorato			1.354840
131	José Pedro			1.232870
132	Fernando Rodrigues			315880
133	Victor Manuel Cecília Nunes			812870
134	João Pinheiro			666830
135	Francisco Pedro Marques			433810
136	Joaquim Ferrreira			556880
137	Maria Pimentel Azevedo	361870		420880
138	José Bento			494850
139	Belmiro Gomes dos Santos			397820
140	Eduardo Viegas de Mendes			703800
141	Antônio Silva Santos			454880
142	Julio Narciso			11256830
143	Maria Fortunato S.B.Matos	18800		2.000800
144	Carlos da Silva Soeiro			697820
145	Arnaldo Spíndola de Matos			455820
146	Albano Correia Jorge			427820
147	Antônio Nêndes da Silva			261810
148	Antônio Manuel Vieira Caramelo			172850
149	Maria Silves	1.000800		1.127810
150	Leontino Rodrigues Pires	1.017870		242800
151	Afonso Garcia da Silva			363820
152	João José Lira Ferreira			136840
153	Fernando Jesus Brito			293850
154	Agostinho Rodrigues Lino			161830
155	Aníbal Martimho	26800		397860
156	Armando Nunes Prado	20700		85870
157	Álvaro Tomé B.S. de Andrade			169890
158	Antônio Fernandes A.Rodrigues			397890
159	José Pedro de Carvalho			100840
160	Manuel Antônio Lopes Trigo			2.000800
161	José Rinto Junior			151880
162	Graciosa da Conceição M.Lopes			156820
163	João Lopes Marques			143810
164	Fernando Barras			103870
165	Alberto Beníl Martínez			89890
166	Cesar Bispo Freitas			191870
167	José Feliciano Amaral			126800
168	José da Conceição da Silva			149890
169	Manuel Alfreco Cesar			111820
170	Modesto Luís Ralha			102820
171	Antônio da Silva			67860
172	Serafim Amaro		204860	102820
173	Carlos Jaime dos Santos			119800
174	Albano Bernardo			359870
175	Julio Ferreira de Carvalho	123800		257870
176	João Simão de Oliveira			101870
177	Francisco Carvalho Zédro			903810
178	Manuel Antônio Franco			89850

